

REVISTA DA

INDÚSTRIA BRASILEIRA

#079 ANO 8 JUL 2023

REGINALDO LOPES,
deputado federal (PT-MG)

Reforma tributária
desonera investimentos



VENTO A FAVOR

Lideranças do Brasil no Mercosul e da Espanha na União Europeia favorecem a conclusão do acordo entre os blocos

CNI

ENTREVISTA Acordo terá efeitos econômicos e diplomáticos, diz Oliver Stuenkel
ICEI 17 de 29 setores industriais confiam mais no futuro da atividade econômica
SENAI Programa PSAI, de ações inclusivas, lança guia e promove a diversidade

**SE É
INVENÇÃO,
É SENAI**

PELO FUTURO DO TRABALHO.

PELO FUTURO DO TRABALH

A BIOTECNO E O INSTITUTO SENAI DE TECNOLOGIA EM PETRÓLEO, GÁS E ENERGIA DESENVOLVERAM O ALASKA, UM REFRIGERADOR MÉDICO COM SISTEMA DE BACKUP QUE PRESERVA A TEMPERATURA EM CASO DE FALTA DE ENERGIA. OU SEJA, UMA INOVAÇÃO QUE VAI AJUDAR A GARANTIR A QUALIDADE DAS VACINAS E LEVAR MAIS SAÚDE PARA TODOS.

SESI **SENAI**

PELO FUTURO DO TRABALHO

ÀS LEITORAS E AOS LEITORES

Esta edição da revista *Indústria Brasileira* trata do avanço de duas medidas fundamentais para o Brasil que, estando há tantos anos em debate, mais pareciam impossíveis.

Concluído em 2019, 20 anos após o início das negociações, o acordo de associação entre Mercosul e União Europeia ainda enfrenta alguns obstáculos para entrar em vigor. Possíveis novas exigências na área de proteção ambiental, formalizadas pela Europa este ano, e compromissos sobre compras governamentais figuram entre os principais tópicos de dissenso. Apesar disso, o fato de Brasil e Espanha ocuparem, agora, a presidência rotativa dos respectivos blocos é visto como positivo por especialistas para a celebração formal do texto acordado.

Se o acordo já estivesse em vigor em 2022, a redução imediata de tarifas no mercado europeu beneficiaria cerca de 3 mil produtos brasileiros cujas exportações à UE atingiram cerca de R\$ 13 bilhões. Com isso, as exportações seriam impulsionadas e a indústria nacional ganharia em competitividade. “Entendemos que chegou a hora de o Brasil avançar na integração internacional competitiva”, defende Constanza Negri, gerente de Comércio e Integração Internacional da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Outra medida que vai ao encontro dos anseios da indústria é a reforma tributária. Passados mais de 30 anos desde o início das discussões, uma proposta que simplifica a tributação sobre o consumo foi aprovada na Câmara dos Deputados. O texto ainda precisa ser votado pelo Senado, o que deve ocorrer em outubro, mas o estágio atual já representa um passo digno do adjetivo “histórico”.

Nas palavras do deputado federal Reginaldo Lopes (PT-MG), será “a passagem de um modelo complexo, burocratizado e judicializado para um modelo simplificado, moderno, de padrão internacional”.

A reforma, de fato, ocupa o primeiro lugar da *Agenda Legislativa da Indústria*, e sua aprovação é condição *sine qua non* para que saia do papel a chamada neointustrialização do país. O que parecia impossível, enfim, começa a tomar forma de realidade.

Outros temas nesta edição são as necessidades regulatórias do setor de mineração, o novo formato do *Programa SENAI de Ações Inclusivas* (PSAI) e a crescente recuperação da confiança de empresários e empresárias industriais na economia brasileira.

Boa leitura!

**CONHEÇA
O SISTEMA
INDÚSTRIA**

CNI  cni-brasil
 cni-br
 cni_br
 cniweb
 cni-brasil
 cniweb

SESI  SESINacional
 sesi
 sesi-nacional

SENAI  senainacional
 senai_nacional
 senainacional
 senaibr
 senai-nacional

IEL  IELbr
 ielbr
 iel_br
 iel-nacional



6 ARTIGO DO PRESIDENTE

8 REPORTAGEM DE CAPA

Acordo comercial entre Mercosul e União Europeia tem chance de avançar em 2023, apesar dos obstáculos

16 INFOGRAFIA

Conheça os benefícios que o acordo entre os dois blocos econômicos pode trazer para a indústria

18 LICITAÇÕES

Acordo Mercosul-UE traz novas regras sobre compras públicas

22 OLIVER STUENKEL

Professor da FGV-SP fala sobre efeitos econômicos e diplomáticos do acordo comercial

24 INDÚSTRIA EM AÇÃO

Torneio FIRST LEGO League reduz limite máximo de idade

26 COMPETITIVIDADE

Os desafios do setor de mineração para integrar o país em cadeias de valor globais

30 AGENDA LEGISLATIVA

Câmara dos Deputados aprova reforma tributária após mais de 30 anos de debates

34 5 PERGUNTAS PARA...

Reginaldo Lopes (PT-MG), deputado federal e coordenador do Grupo de Trabalho da reforma tributária

36 TERMÔMETRO

Cresce confiança na economia de pequenas, médias e grandes empresas

38 DASHBOARD

Consulte o painel de séries históricas, pesquisas e estudos conduzidos pela área técnica da CNI

40 GIRO BRASIL

Ex-aluna do SESI Alagoas é aprovada no melhor programa de *Business* do mundo

42 DIVERSIDADE

Programa SENAI de Ações Inclusivas (PSAI) promove inclusão e diversidade no mercado de trabalho

46 OUTRA VISÃO

Scarlett Rodrigues, coordenadora de projetos em Direitos Humanos do Instituto Ethos, escreve sobre igualdade de oportunidades nas empresas

UM ACORDO FUNDAMENTAL PARA O BRASIL



ROBSON BRAGA DE ANDRADE

Empresário e presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

O acordo entre o Mercosul e a União Europeia (UE) vai representar um marco para a integração internacional da economia brasileira em bases competitivas e para a reindustrialização do país. Sem dúvida, será um importante fator de estímulo ao começo de um ciclo de crescimento sustentado. Os representantes europeus pressionam pela reabertura de negociações, mas é fundamental assinar o tratado em seu formato atual, preservando as conquistas já pactuadas em duas décadas de idas e vindas nas tratativas.

Neste momento, temos uma oportunidade única para concluir o trabalho que resta, aproveitando a presidência do Conselho da UE pela Espanha e do Mercosul pelo Brasil. O governo espanhol apoia o acordo, tendo condições de impulsionar a assinatura e a ratificação do texto pelas instituições europeias. Nós, empresários e consumidores brasileiros, temos muito a ganhar com a formação de uma área de livre comércio com 720 milhões de pessoas, que representa cerca de 20% da economia global.

Quando entrar em vigência, o acordo vai contribuir para o fortalecimento da indústria na pauta comercial brasileira com a União Europeia, já que o bloco foi nosso segundo parceiro comercial no ano passado, com um corrente bilateral de mais de US\$ 95 bilhões. O



tratado também deve contribuir para a diversificação das nossas exportações, que são fortemente dominadas por bens primários de menor valor agregado, com alta concentração de vendas para a China, em detrimento do mercado europeu.

Somente 22% do que o Brasil vendeu para o mercado chinês, em 2022, correspondiam a bens da indústria de transformação. Em contraposição, esses produtos responderam por 49% de tudo o que exportamos para o bloco europeu. Nossos embarques para a União Europeia contribuíram com a geração de 21,4 mil vagas por bilhão de reais exportados no ano – valor bem superior ao das vendas com destino à China (15,7 mil empregos). Aumentar o comércio com a UE, com destaque para os produtos industriais, significa, portanto, promover a criação dos postos de trabalho formais de que o país tanto necessita.

Do modo como foi estabelecido, o acordo com os europeus vai dinamizar os segmentos com maior efeito multiplicador na economia, em especial a indústria. Como o setor industrial é, sabidamente, o que paga os melhores salários, o tratado também tende a melhorar a renda média do Brasil, que ainda é baixa. No texto negociado com a UE, existem dispositivos favoráveis ao desenvolvimento econômico sustentável do

país, prevendo diversos benefícios, que vão além de uma agenda de redução tarifária equilibrada.

Com a entrada em vigor do acordo, esperamos diminuição dos custos dos insumos e aumento da demanda europeia por produtos brasileiros de maior valor agregado. Nossas empresas terão mais acesso ao mercado europeu de bens e serviços. Cerca de 40% dos produtos ofertados pela União Europeia deixarão imediatamente de ter a cobrança do imposto de importação ao entrar no bloco europeu. Se isso já estivesse valendo, poderíamos ter tido um acréscimo de R\$ 13 bilhões nas exportações brasileiras à UE no ano passado. Quase a totalidade desse valor seria de produtos da indústria de transformação.

O acordo também viabiliza uma agenda de cooperação e articulação entre os dois blocos em áreas estratégicas como segurança, meio ambiente, energia e mudanças climáticas. Na nossa visão, o instrumento adicional detalhando as regras na área do desenvolvimento sustentável, que está em discussão, não pode gerar novos compromissos que comprometam o equilíbrio já alcançado. O Brasil precisa usar sua força política no cenário mundial para convencer os parceiros europeus das óbvias vantagens do texto atual, cuja concretização vai incentivar o desenvolvimento econômico de todos os signatários.

Puerta del Sol,
em Madri

BRASIL E ESPANHA LIDERAM A CONCLUSÃO DE ALIANÇA HISTÓRICA

ACORDO ENTRE MERCOSUL E UNIÃO EUROPEIA
PODE AVANÇAR SOB A PRESIDÊNCIA
ROTATIVA DE LULA E SÁNCHEZ

O fato de o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e o primeiro-ministro da Espanha, Pedro Sánchez, terem assumido em julho as presidências rotativas do Mercosul e do Conselho da União Europeia, respectivamente, poderá contribuir com a conclusão do acordo neste ano, o que permitiria enviar os documentos logo depois para aprovação nos Legislativos dos países integrantes dos dois blocos comerciais. “A atuação da Espanha tradicionalmente favorece o acordo”, avalia Victor do Prado, membro do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri) e ex-diretor do conselho e do comitê de negociações comerciais da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Lula recebeu do presidente da Argentina, Alberto Fernández, a presidência temporária do Mercosul no dia 4 de julho, durante a 62ª *Cúpula de Chefes de Estado* do bloco sul-americano. Segundo Lula, o mundo está cada vez mais complexo e desafiador. “Nenhum país resolverá seus problemas sozinho, nem poderá permanecer alheio aos grandes dilemas da humanidade. Não temos alternativa que não seja a união. Frente à crise climática, é preciso atuar coordenadamente na proteção de nossos biomas e na transição ecológica justa”, discursou o presidente brasileiro no evento.





O presidente Lula (Brasil) e o primeiro-ministro Pedro Sánchez (Espanha) ocupam as presidências rotativas do Mercosul e da União Europeia

Lula frisou que o acordo de associação entre Mercosul e União Europeia será uma das prioridades do Brasil na presidência temporária do bloco, que vai até dezembro de 2023. Ele disse, porém, que o texto precisa de revisão, especialmente no que diz respeito às sugestões apresentadas pelos europeus no início do ano. “Estou comprometido com a conclusão do acordo com a União Europeia, que deve ser equilibrado e assegurar o espaço necessário para a adoção de políticas públicas em prol da integração produtiva e da reindustrialização”, afirmou o presidente, na ocasião.

Por meio do pilar comercial do acordo, cerca de 95% dos bens industriais que, no momento, têm tarifas ao entrar no mercado europeu, terão o imposto de importação reduzido. Segundo levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI), cerca de três mil produtos terão tarifa zero ao entrar na UE, imediatamente à entrada em vigor do acordo, e,

assim, terão também melhores condições de competir no mercado europeu.

“Desses produtos, praticamente todos são bens da indústria de transformação, sendo que os principais são dos setores de máquinas e equipamentos, produtos químicos, equipamentos elétricos e automotivos”, detalha Constanza Negri, gerente de Comércio e Integração Internacional da CNI.

Esses produtos serão isentos da cobrança da tarifa externa da UE imediatamente após a entrada em vigor do acordo, explica Constanza. O acesso a novos mercados é um dos benefícios que a conclusão do texto, cujas negociações começaram em 1999, trará para o Brasil. Ele também contribuirá para diversificar as exportações brasileiras. Em 2022, apenas dez produtos representaram 61% do total das vendas brasileiras à UE.

O texto ajudará a retomar a relevância da indústria de transformação no comércio bilateral de bens entre o Brasil e a UE, responsável por cerca da metade das exportações brasileiras ao mercado europeu em 2022. Apesar disso, a participação desse setor nas exportações do país aos membros do bloco europeu diminuiu em 19 pontos percentuais (p.p.) desde 2003 – de 68% para 49% – enquanto a indústria extrativa e

Linha do tempo

do acordo
Mercosul-União Europeia

Assinatura do Acordo-Quadro de Cooperação Inter-regional Mercosul-União Europeia



1995

a agropecuária cresceram 17 p.p. e 2 p.p., respectivamente, na composição das exportações à UE ao longo das duas últimas décadas.

“O acordo do Mercosul com a União Europeia é uma grande oportunidade para a indústria brasileira, que vem perdendo relevância do ponto de vista do processo produtivo”, diz Constanza. Segundo ela, essa é uma tendência mundial, que, no Brasil, ocorre de forma mais acentuada. “Entendemos que chegou o momento de o Brasil ter uma participação mais ativa no comércio internacional. Uma participação com parceiros estratégicos, como a União Europeia, contribuirá com o desenvolvimento econômico e com a retomada das exportações da indústria”, argumenta.

“O ACORDO DO MERCOSUL COM A UNIÃO EUROPEIA É UMA GRANDE OPORTUNIDADE PARA A INDÚSTRIA BRASILEIRA”



Constanza Negri (CNI)

Estabelecimento do objetivo de iniciar as negociações do acordo birregional, com seus três pilares: comercial, político e cooperação



Rio de Janeiro

1999



Negociações 1

Elaboração de textos negociadores e troca de ofertas de compromissos tarifários (2001 e 2004). As partes consideraram insatisfatórias as ofertas de acesso a bens

2000 → 2004




Lia Valls (FGV/Ibre) diz que não é preciso reabrir as negociações do acordo fechado em 2019 para resolver os entraves atuais

Em 2022, conforme dados da CNI, a cada R\$ 1 bilhão exportado do Brasil para a UE, foram gerados 21,4 mil empregos. A rede brasileira de acordos preferenciais e de livre-comércio em vigor alcança apenas 8% das importações mundiais de bens. Se o acordo com a União Europeia já estivesse valendo, a participação saltaria para 37%, segundo estimativa da CNI. Com uma população de cerca de 720 milhões de pessoas, os dois blocos representam 20% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, o equivalente a US\$ 19,3 trilhões em 2021.

“O acordo entre o Mercosul e a União Europeia, o primeiro entre dois grandes blocos comerciais, é importante para o Brasil e para os europeus porque dá uma sinalização política para os agentes econômicos dos dois lados de uma aproximação que pode gerar ainda mais investimentos”, explica Victor do Prado, do Cebri.


Fernando Pimentel, diretor-superintendente e presidente emérito da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecções (Abit), ressalta que os dois blocos têm economias complementares, o que implica grandes oportunidades para o aumento do comércio e dos investimentos mútuos. “A redução de tarifas e barreiras não tarifárias impulsionaria o fluxo de bens, serviços e aporte de capital, beneficiando as empresas e os consumidores de ambas as partes e contribuindo com o crescimento econômico”, avalia.

Além disso, segundo Pimentel, o acordo é uma oportunidade de promover a convergência de normas e padrões comerciais. “Isso é especialmente relevante nos setores agrícola, industrial e de serviços, nos quais há diferenças regulatórias significativas”, avalia. Segundo ele, ao estabelecer regras comuns e harmonizadas, facilita-se o comércio e aumenta-se a



Negociações 2


2010
Relançamento das negociações birregionais



Madrid

Progresso dos textos negociadores, mas sem troca de ofertas

2010 → 2012



Negociações 3

Em maio de 2016, as partes trocaram ofertas de acesso aos mercados de bens, serviços e compras governamentais. Em 28 de junho de 2019 foi anunciada, em Bruxelas, a conclusão do acordo

2016 → 2019

segurança jurídica para os investidores. Em 2021, o estoque de investimentos dos países da UE no Brasil somava US\$ 327,7 bilhões.

“A conclusão do acordo teria impacto além do aspecto econômico, pois fortaleceria as relações entre as duas regiões e faria do Mercosul um ator relevante no cenário internacional”, reforça Pimentel. Ao mesmo tempo, complementa ele, enviaria um sinal positivo de apoio ao multilateralismo e ao sistema de comércio global num momento em que o protecionismo e as tensões comerciais estão em alta. “O acordo permite aumentar o intercâmbio tecnológico e a relação entre as empresas dos países do bloco”, afirma ele, ressaltando que ainda há alguns entraves a serem resolvidos.

Para finalizar o acordo, que depois terá de ser aprovado pelos Congressos Nacionais dos países da União Europeia e do Mercosul, segundo Pimentel, é importante reconhecer que existem preocupações e obstáculos a serem enfrentados. “Um dos principais desafios é garantir a sustentabilidade ambiental e os direitos humanos. Ambas as regiões devem assegurar que as cláusulas considerem a proteção de biomas, de ecossistemas, da biodiversidade e que respeitem as normas e prerrogativas trabalhistas”, afirma.

QUESTÃO AMBIENTAL

Victor do Prado (Cebri) diz que o principal obstáculo, atualmente, é a questão ambiental. “O desmatamento é o principal entrave no momento. Essa ainda é uma grande preocupação na Europa, em especial na França”, comenta. Em documento enviado ao Mercosul no primeiro semestre, chamado de *side letter*, a União Europeia fez exigências adicionais na área de proteção ambiental, que ainda estão sendo analisadas por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, nações que compõem o Mercosul.

Os países do bloco devem indicar aos europeus que não aceitam um compromisso adicional vinculante nem o estabelecimento de sanções relacionadas a um eventual descumprimento de cláusulas ambientais. Na avaliação da CNI, um dos benefícios do acordo entre o Mercosul e a União Europeia é, precisamente, a proteção do meio ambiente. Constanza

A União Europeia enviou ao Mercosul um documento, chamado de *side letter* no jargão diplomático

Os países do bloco estão discutindo uma contraproposta



lembra que o texto reforça compromissos assumidos em instrumentos multilaterais em relação à proteção das condições de trabalho e do meio ambiente.

“O acordo traz um capítulo de desenvolvimento sustentável totalmente inovador e moderno, que reforça o compromisso dos blocos comerciais com políticas que respeitam o meio ambiente”, afirma Constanza. Segundo ela, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva já deixou claro que as questões climáticas e de proteção do meio ambiente são uma prioridade.

“Para ser bom, o acordo tem que ser equilibrado, tem que respeitar as condições dos dois lados. Quando um dos lados coloca medidas que, dependendo da forma como forem interpretadas, podem ser usadas para fins protecionistas, isso pode causar desequilíbrio”, ressalta Jackson Schneider, presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior da Fiesp (Coscex). “O acordo, conceitualmente, é positivo, mas desde 2019, quando foi fechado, surgiram novas questões que precisam ser estruturadas. Medidas com o objetivo de proteção ambiental não podem ser usadas para proteger o mercado europeu”, alerta ele.

Apesar dessas novas questões, Schneider entende que os temas ambientais não prejudicam a implementação da nova política industrial em discussão no governo. “Essa é uma decisão brasileira, soberana e individual, de incentivar aquilo que entende ser importante para a base industrial brasileira, assim como a Europa está fazendo”, afirma. “O Brasil vai cumprir os compromissos assumidos nos fóruns internacionais. Não precisa de pressão lateral de ninguém, muito menos de alguém que quer ser parceiro”, diz.

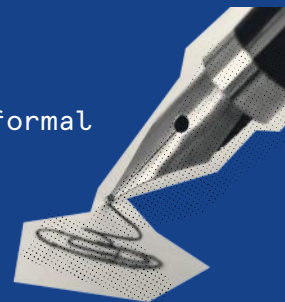
Lia Valls, pesquisadora associada do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas (FGV/Ibre), avalia que algumas questões no campo

O que ainda falta...



1 Negociação da *side letter*

2 Assinatura formal do acordo



3 Processo de internalização por cada parte

4 Entrada em vigor do acordo

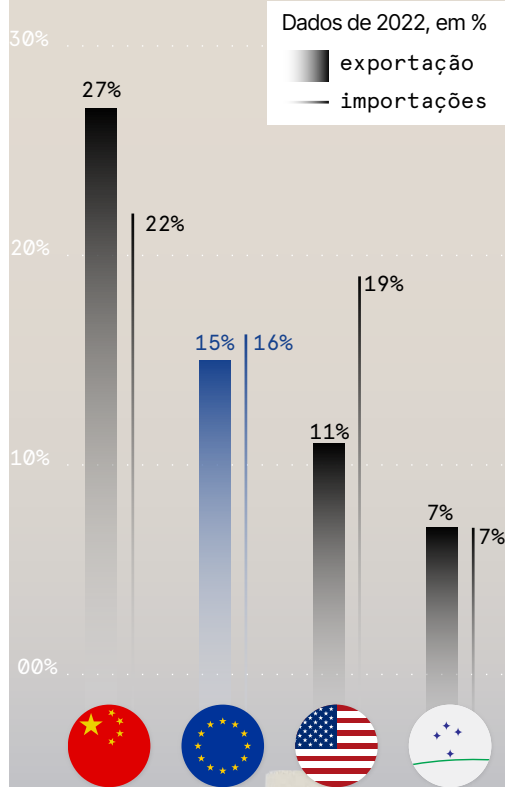


ambiental ainda precisam ser esclarecidas, mas defende que, para isso, não é necessário reabrir as negociações do acordo fechado em 2019. Os pontos incluídos no documento da União Europeia no começo do ano, diz, foram fruto de pressão de grupos preocupados com as questões climáticas, mas o Brasil tem um histórico importante de tradição de defesa do meio ambiente.

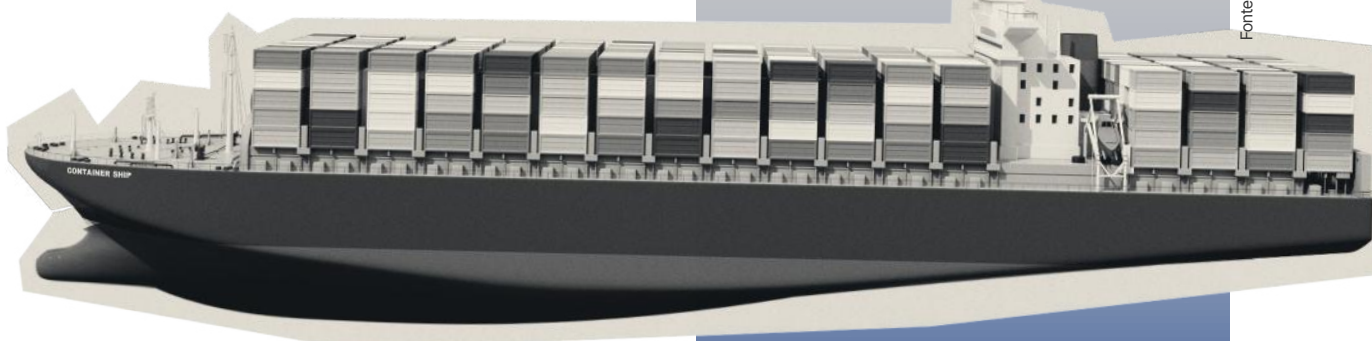
“É tudo uma questão de interpretação. E a interpretação do governo foi de que a União Europeia pretende aplicar sanções. Há ali alguns compromissos de reduzir o desmatamento num prazo muito curto que não fazem sentido, mas, tendo vontade política, é possível chegar a um acordo. É uma questão de negociar”, argumenta Lia. Para o Mercosul, diz ela, seria importante fechar o acordo comercial com a União Europeia ainda neste ano. “Não dá para reabrir muita coisa porque há o risco de não fechar o acordo”, afirma.

União Europeia

um dos principais parceiros comerciais do Brasil



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços



COMO O

ACORDO COM A
UNIÃO EUROPEIA PODE

BENEFICIAR
A INDÚSTRIA

**PROTEÇÃO AO
TRABALHADOR E
AO MEIO AMBIENTE**

O acordo reafirma compromissos assumidos em instrumentos multinacionais em relação à proteção das condições de trabalho e do meio ambiente. Implementar o Acordo Mercosul-UE é um

avanço adicional a favor de políticas trabalhistas, ambientais e climáticas nacionais

**DIVERSIFICAÇÃO DE
EXPORTAÇÕES**

O acordo irá diversificar as exportações brasileiras.

Em 2022, os dez produtos mais exportados representaram

61%

do valor total das vendas brasileiras ao exterior.

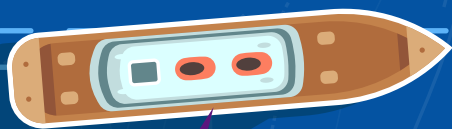
O acordo contribuirá para retomar a relevância do comércio bilateral de bens da indústria de transformação

**FOMENTO À
CRIAÇÃO DE EMPREGO**

Em 2022, as exportações brasileiras à União Europeia contribuíram com a geração de

21,4 mil
empregos

a cada
R\$ 1 bilhão
exportado



AMPLIAÇÃO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

O pilar político e de cooperação do Acordo de Associação Mercosul-UE traz compromissos em áreas estratégicas para o Brasil, como política multilateral, segurança, meio ambiente, clima e energia. **A UE pode ajudar a fortalecer capacidades exportadoras e o cumprimento de compromissos ambientais do Mercosul**



ACESSO A NOVOS MERCADOS

Quase

3 mil
produtos

que têm alguma tarifa deixarão de sofrer a cobrança do imposto de importação da UE imediatamente após a entrada em vigor do acordo.

O Mercosul terá cinco anos a mais para liberalizar os demais produtos

PRESERVAÇÃO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

O acordo beneficia amplamente diversas indústrias brasileiras com proteção de Indicações Geográficas (IGs) nacionais.

Ao todo, são

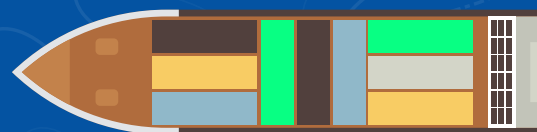
303

IGs do bloco europeu (excluindo as do Reino Unido) e

213

IGs do Mercosul,

sendo 38 do Brasil, como a cachaça, o queijo Canastra e os vinhos do Vale dos Vinhedos



RETIRADA DE BARREIRAS TÉCNICAS

O acordo facilitará visitas técnicas para reconhecimento mútuo de esquemas de avaliação de conformidade. Além disso, o texto permitirá a utilização de certificados de conformidade emitidos pelo produtor (modelo europeu), por organismo certificador independente (modelo brasileiro) ou por autoridades governamentais



UM NOVO ACORDO PARA AS COMPRAS PÚBLICAS

TEXTO NEGOCIADO ENTRE MERCOSUL E UNIÃO EUROPEIA INCLUI INTERNACIONALIZAÇÃO DO MERCADO DE LICITAÇÕES

A maioria dos acordos comerciais celebrados nos últimos anos ou em estágio de negociação inclui compromissos na área de compras governamentais, explica Lucas Spadano, responsável pela área de Comércio Internacional do escritório Madrona Fialho Advogados. Segundo ele, é difícil realizar acordos preferenciais de comércio relevantes, sobretudo entre parceiros de grande porte econômico, sem incluir obrigações nessa área.

“O capítulo de compras públicas no acordo Mercosul-União Europeia segue a estrutura usual para negociações internacionais sobre o tema. A ideia central é abrir o mercado de compras públicas para bens, serviços e fornecedores dos países parceiros”, resume. O objetivo, de acordo com ele, é que ocorra uma abertura recíproca do mercado de compras públicas dos países que celebraram o acordo, dentro de regras previamente negociadas.

Atualmente, conforme dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o mercado de compras públicas tem grande importância econômica, pois representa entre 10 e 15% do Produto Interno Bruto (PIB) de cada país. O mercado de compras públicas da União Europeia, por exemplo, alcança cerca de US\$ 1,6 trilhão por ano. Já o mercado brasileiro chega a, aproximadamente, US\$ 157 bilhões por ano, de acordo com a Confederação Nacional da Indústria (CNI).



Mercado de compras públicas chega a US\$ 157 bilhões por ano no Brasil

De maneira geral, diz Spadano, o texto prevê diversas obrigações de transparência (publicação de editais de licitação, oportunidades de apresentação de recursos) e estabelece que fornecedores, bens e serviços estrangeiros não sejam tratados de modo menos favorável que seus concorrentes nacionais. Há, porém, cláusulas de exceção, que preservam o direito de cada país de restringir ou adotar medidas em licitações que se relacionem à segurança nacional ou que sejam necessárias à proteção da saúde pública.

Entram no acordo com a União Europeia as licitações feitas por órgãos do governo federal, exceto as conduzidas pelo Instituto Nacional de Colonização Agrária (Incra), pela Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), pela Agência Espacial Brasileira (AEB), pela Comissão Nacional de Energia Nuclear

(CNEN) e pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).

No caso da compra de bens, diz Spadano, estão cobertas pelo acordo quase todas as licitações feitas por órgãos do governo federal, com contratos a partir de cerca de R\$ 2,3 milhões por licitação, sendo o valor reduzido progressivamente até chegar a cerca de R\$ 900 mil por licitação após 15 anos de vigência do acordo.

Já para os serviços de construção e concessões de obras públicas pelos órgãos do governo federal, estão cobertos os contratos de valor a partir de R\$ 55,2 milhões por licitação nos primeiros cinco anos e de R\$ 34,5 milhões a partir do sexto ano de vigência do acordo.

No caso de outros serviços, como engenharia e arquitetura, consultoria em gestão, pesquisas de mercado e opinião, limpeza predial e saneamento, o valor começa

ESPAÇO DE POLÍTICA PÚBLICA

**COMPRAS QUE NÃO
ESTARÃO SUJEITAS À
CONCORRÊNCIA DE
FORNECEDORES EUROPEUS**

Licitações realizadas por **órgãos estaduais e municipais**

Licitações realizadas por **empresas estatais e fundações públicas**

Licitações para **compra de alguns bens**, tais como certos equipamentos de construção e mineração, colheitadeiras, acessórios para caminhões e tratores



Lucas Spadano (Madrona Fialho Advogados) enfatiza a importância de incluir o mercado de compras públicas no acordo entre Mercosul e União Europeia

em R\$ 2,3 milhões e será reduzido até chegar a R\$ 900 mil após 15 anos de vigência do acordo.

Da maneira como o texto foi negociado, diz Spadano, “não há uma abertura total e irrestrita de toda licitação feita no Brasil”. Além das limitações de valor, o acordo inclui apenas compras do governo federal, tendo sido negociadas “várias exceções que preservam espaço para políticas públicas relevantes”. Entre as compras que não estariam sujeitas à concorrência com empresas europeias estão as licitações feitas por empresas estatais e fundações públicas.

Também foram excluídas as licitações para compra de bens específicos, como alguns equipamentos de construção e mineração, colheitadeiras, acessórios para caminhões e tratores, equipamentos de ar-condicionado, determinados produtos químicos, pesticidas e gases comprimidos ou liquefeitos. Outra exceção, diz Spadano, é a compra de produtos têxteis e de vestuário por parte do Ministério da Defesa e do Ministério da Educação. “Entram aqui, basicamente, os uniformes”, explica.

Licitações de quaisquer **contratos de valor abaixo de R\$ 2,3 milhões** para cada licitação, sendo o valor reduzido progressivamente até chegar a cerca de R\$ 900 mil para cada licitação após 15 anos de vigência do acordo

BENEFÍCIOS PARA PMEs MANTIDOS

Margem de preferência de 10% dos preços, de acordo com a legislação brasileira

Licitações para **compra de diversos produtos têxteis e de vestuário**, quando efetuadas pelos Ministérios da Defesa e da Educação

Licitações relativas a **parcerias público-privadas tecnológicas** envolvendo produtos e insumos da lista estratégica do SUS

BRASIL MAIS PERTO DO MUNDO

OLIVER STUENKEL, PROFESSOR DA FGV-SP, FALA DOS EFEITOS ECONÔMICOS E DIPLOMÁTICOS DO ACORDO ENTRE MERCOSUL E UNIÃO EUROPEIA



“O acordo pode ser uma peça importante na estratégia do governo atual de promover o processo de industrialização do país” diz Oliver Stuenkel (FGV-SP)

O acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia poderá trazer em torno de R\$ 500 bilhões a mais, em dez anos, para o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e cerca de R\$ 400 bilhões em investimentos adicionais, estima Oliver Stuenkel, professor da Fundação Getulio Vargas em São Paulo (FGV-SP). “O acordo vai gerar ganhos concretos para a indústria brasileira, que se integrará às cadeias globais de valor ao conseguir importar componentes de outros países com mais facilidade, fabricar um produto final ou outro componente e reexportá-lo”, argumenta.

O fato de o Brasil ocupar a presidência pro-tempore do Mercosul e a Espanha, a do Conselho da União Europeia pode facilitar a conclusão do acordo comercial entre os dois blocos?

Sem dúvida. A Espanha gostaria de fazer da ratificação do acordo comercial com o Mercosul um dos grandes legados da sua presidência rotativa. Há um esforço nítido, tanto no âmbito da diplomacia de alto nível quanto no âmbito da diplomacia cultural, envolvendo a sociedade civil e as universidades. A atual situação produz uma janela de oportunidade e, se ela não for aproveitada, as chances de ratificação devem cair. As eleições para o parlamento europeu em julho de 2024 podem complicar o processo, porque a composição do próximo parlamento pode ser mais protecionista. Entre o público europeu, há um maior ceticismo em relação ao acordo do que entre a população dos países integrantes do Mercosul.

Quais serão os principais ganhos que o acordo trará para o Brasil e, em especial, para a indústria brasileira?

Ele poderá trazer em torno de R\$ 500 bilhões a mais, em dez anos, para o Produto Interno Bruto brasileiro, e pode gerar investimentos adicionais de cerca de R\$ 400 bilhões na próxima década. Além disso, deve impulsionar a economia brasileira e contribuir com o processo de abertura. Isso é uma boa notícia para um país como o Brasil, que, por muitos anos, teve uma das economias mais fechadas do G20 e deixou de aproveitar as oportunidades que o mundo mais globalizado oferece. Numerosos setores brasileiros – como o sucroalcooleiro, o de grãos, o de carnes e o de frutas – terão a oportunidade de aumentar sua participação no mercado europeu.

O acordo vai gerar ganhos concretos para a indústria brasileira, que se integrará às cadeias globais de valor ao conseguir importar componentes de outros países com mais facilidade, fabricar um produto ou outro componente e reexportá-lo. As cadeias de valor na Europa são altamente inovadoras, o que deve tornar a indústria brasileira mais competitiva. O Mercosul é o único bloco comercial relevante na América Latina com o qual a União Europeia ainda não tem um acordo comercial preferencial. A ratificação dará às empresas brasileiras acesso à Europa, o maior mercado comum do mundo. O acordo, portanto, representa uma grande oportunidade para a indústria brasileira e pode ser uma peça importante na estratégia do governo atual de promover o processo de industrialização do país.

Como o acordo pode ampliar a participação brasileira no comércio mundial?

O acordo prevê que mais de 90% dos produtos do Mercosul e da União Europeia serão isentos de tarifas alfandegárias na próxima década. Logo, ele ampliará, automaticamente, a participação brasileira no comércio internacional, e também deve tornar a agricultura e a indústria brasileira mais competitivas, de forma geral. Quando o acordo for ratificado, o Mercosul

deve avançar nas negociações comerciais com outros parceiros, como a China. O âmbito externo também é favorável. Um número cada vez maior de empresas buscam aumentar sua resiliência geopolítica, querem se diversificar geograficamente para estarem preparadas para a próxima crise geopolítica, seja na Ucrânia, seja em Taiwan, seja no Oriente Médio.

E quais são os entraves para finalizar o acordo, fechado inicialmente em 2019?

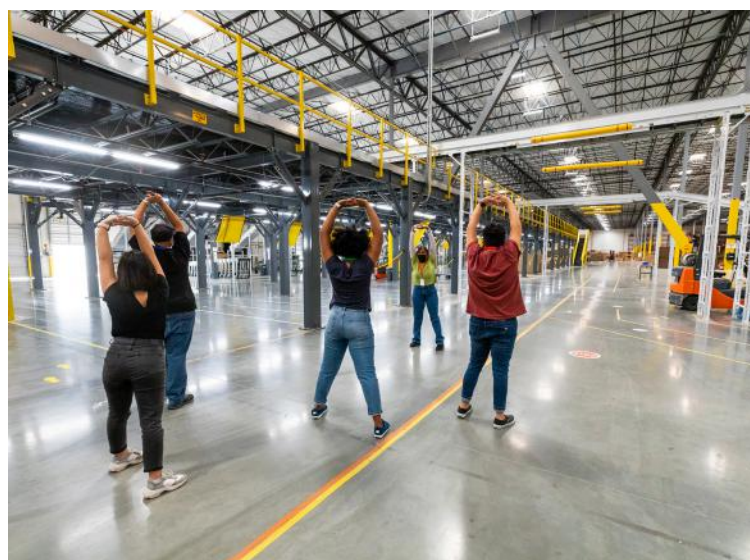
Os principais detratores hoje são lobbies agrícolas em alguns países europeus, sobretudo na França. Além disso, alguns grupos ambientalistas temem que a ratificação impacte negativamente o combate ao desmatamento no Brasil. No entanto, muitas vezes esses argumentos se misturam com uma rejeição geral do livre comércio, e o texto atual já possui regras robustas, que devem fortalecer o combate ao desmatamento. O anexo recém-apresentado pela União Europeia, que inclui regras adicionais sobre desmatamento, complica as negociações nessa reta final, mas não o vejo como um obstáculo insuperável.

O acordo terá impacto sobre a atuação brasileira nos organismos e nas agendas multilaterais?

Uma onda populista, nacionalista e protecionista varreu o mundo – sobretudo o Ocidente – ao longo dos últimos anos. A ascensão de Trump, a guerra comercial entre os EUA e a China e o Brexit dificultam a construção de um mundo mais integrado e próspero. Entretanto, os países que deixam de apoiar a globalização também perdem influência nos órgãos internacionais, como foi o caso dos EUA no governo Trump. A ratificação do acordo entre o Mercosul e a União Europeia seria um marco histórico, porque fortaleceria a influência brasileira na Europa e permitiria que o país participasse ativamente do debate mundial sobre o futuro da globalização. Além disso, aumentaria o poder de barganha do Mercosul e do Brasil nas negociações com EUA e China.

CNI PROPÕE SISTEMA REGULADO DE COMÉRCIO DE CARBONO

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) apresentou ao governo federal sua proposta de sistema de comércio de emissões de carbono. A medida é fundamental para reduzir a emissão de gases de efeito estufa e pode gerar até R\$ 128 bilhões em receitas, de acordo com estimativa do projeto *Partnership for Market Readiness* (PMR). O anúncio foi feito no dia 20 de junho, durante o evento *Diálogo: Mercado Regulado de Carbono e a Competitividade Industrial*, que reuniu representantes do Poder Executivo e do Congresso Nacional.



SESI DIVULGA PESQUISA SOBRE SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA DOS BRASILEIROS

Levantamento feito pelo Serviço Social da Indústria (SESI) mostra que menos da metade dos brasileiros pratica atividades físicas rotineiramente. Entre os que praticam, 22% se exercitam diariamente, 13% o fazem ao menos três vezes por semana e 8%, no mínimo duas vezes por semana. De acordo com a pesquisa, 28% das pessoas que praticam exercícios com frequência tiveram problemas de saúde nos últimos 12 meses, contra 42% das que nunca os praticam. O estudo também avaliou a qualidade do atendimento e dos serviços de saúde no país.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE INOVAÇÃO REUNIRÁ ESPECIALISTAS DE TODO O MUNDO

Especialistas, instituições e empresas de todo o mundo participarão da 10ª edição do Congresso Internacional de Inovação da Indústria, entre os dias 27 e 28 de setembro, em São Paulo e também de maneira virtual. Entre os convidados que já confirmaram presença estão: a professora de Economia da Inovação da University College London, Mariana Mazzucato; o presidente e CEO da Embraer X, Daniel Moczydlower; o presidente da Ford na América do Sul, Daniel Justo; e o reitor da Turku University of Applied Science da Finlândia, Vesa Taatila.

INSCREVA-SE:



TORNEIO FIRST LEGO LEAGUE REDUZ LIMITE DE IDADE

A partir da próxima temporada do Torneio de Robótica FIRST LEGO League (FLL), que será lançada mundialmente no dia 1º de agosto, as equipes só poderão contar com integrantes com idades entre 9 e 15 anos. Atualmente, o limite etário da categoria é de 16 anos. Segundo a nova regra, apenas estudantes com 15 anos completos até 31 de março de 2024 poderão integrar as equipes. Na América do Norte (Canadá, Estados Unidos e México), a FIRST limita o programa a jovens de até 14 anos.



PRÊMIO IEL DESTACA MELHORES PRÁTICAS DE ESTÁGIO E INOVAÇÃO EMPRESARIAL

O Instituto Euvaldo Lodi (IEL) passou a laurear jovens estagiários, empresas e bolsistas do Inova Talentos com o Prêmio IEL de Talentos. A primeira seleção estadual ocorreu em Florianópolis, em 29 de junho, na sede da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC). Os ganhadores em cada categoria se classificam para a etapa nacional, que ocorrerá em outubro. Além de premiar o projeto e o artigo mais inovadores, serão reconhecidas as melhores práticas de estágio no Brasil e os mecanismos de inserção de jovens para estimular a inovação nas empresas.



O saldo comercial da mineração equivale a 80% do saldo positivo da balança comercial brasileira



MINERAÇÃO NO CONTEXTO DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

SETOR MINERAL TEM DESAFIOS
PARA A INTEGRAÇÃO DO PAÍS EM
CADEIAS DE VALOR GLOBAL

A mineração tem um papel cada vez mais central na economia mundial, fornecendo matérias-primas a setores de demanda exponencial para o desenvolvimento de novas tecnologias na área de energia e inteligência artificial, para além da indústria de base, transportes, eletroeletrônicos e equipamentos hospitalares. No contexto da geopolítica internacional, o setor mineral brasileiro ganha destaque na medida em que países e blocos econômicos buscam garantir a previsibilidade de sua fonte de suprimentos de matérias-primas minerais. No entanto, o país enfrenta uma série de desafios à sua integração em cadeias de valor global na busca por melhorias nas agendas de meio-ambiente e sustentabilidade.

De acordo com Sandro Mabel, presidente do Conselho Temático de Mineração (COMIN) da Confederação Nacional da Indústria (CNI), a atual legislação é um dos gargalos que o país precisa superar. “Equiparo a mineração à agricultura. O Brasil ainda não entendeu o quanto a mineração é importante. E há uma série de entraves na legislação que dificultam a vida do setor, além da falta de crédito”, explica. Para ele, é preciso que haja alinhamento entre governo, produtores e a sociedade, com o objetivo de mostrar que a mineração pode ser do tamanho da agricultura se receber o mesmo tratamento, “com legislação, financiamento e vontade de fazê-la crescer”.

Outro entrave significativo é a falta de estrutura da agência reguladora do setor, que dispõe de recursos limitados para a gestão de recursos minerais. Como explica Mauro Sousa, diretor-geral da Agência Nacional de Mineração (ANM), “a ANM está presente em 89% dos municípios brasileiros e possui diversas competências” dentre as atividades de fiscalização, arrecadação e regulamentação, cujo escopo vem sendo ampliado pela legislação.

“Para atender a tamanha demanda, faz-se necessário que a ANM seja capaz de atuar geograficamente descentralizada. Exemplo desse aumento de escopo de atuação foi a aprovação da Lei 14.514/2022, que estabelece a responsabilidade da ANM de fiscalizar barragens de minérios nucleares, que era uma competência da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN)”, explica Mauro Sousa. O cenário referido pelo diretor-geral da ANM abarca, ainda, a responsabilidade pela segurança de barragens prevista pela Lei 14.066/2020.

ATUAÇÃO ESTRATÉGICA

A articulação entre os polos da sustentabilidade e a garantia de suprimento de bens minerais são questões estratégicas para o setor. O paralelo específico entre mineração e agricultura, feito por Sandro Mabel, é endossado pelo deputado federal Zé Silva (Solidariedade-MG),

presidente da Frente Parlamentar da Mineração Sustentável. O deputado argumenta que tanto o agronegócio quanto a mineração enfrentam o desafio de produzir preservando o meio ambiente.

“Já visitei diversas realidades da mineração, tanto no Brasil quanto em outros países, e há muita similaridade dessa atividade com o agronegócio em relação aos desafios de produção e de preservação. Assim como o Brasil entendeu que precisa da agricultura, também precisa compreender que dependemos da mineração para tudo: para ampliar o acesso ao 5G, às novas tecnologias de saúde e telemedicina, à indústria de automação. É, enfim, uma pauta em que precisamos avançar bastante”, pontua.

Na janela de oportunidades representada pelo crescimento da demanda de minerais críticos para as novas tecnologias, há que considerar, ainda, o contexto da produção de bens minerais como um todo, na busca pelo aperfeiçoamento da legislação. Tales Machado, presidente do Centro Brasileiro dos Exportadores de Rochas Ornamentais (Centrorochas), enfoca a necessidade



**“O BRASIL AINDA
NÃO ENTENDEU O
QUANTO A MINERAÇÃO
É IMPORTANTE”**

Sandro Mabel (COMIN/CNI)

MINERAÇÃO no Brasil

20,7%

das exportações brasileiras

80%

do saldo positivo da balança comercial

2021

responsável
por mais de
R\$ 106 bilhões
em arrecadação

sendo mais de
R\$ 10 bilhões em
CFEM (ANM)

2022

responsáveis por
**3% do Produto
Interno Bruto**
(PIB) do país

gerou mais de
200 mil
empregos
diretos

de aperfeiçoamento da legislação para adequação das normas ao porte das mineradoras.

O Brasil é o quarto maior produtor mundial e quinto maior exportador de rochas, tendo uma das maiores diversidades geológicas do mundo, com cerca de 1.200 materiais cadastrados. “Exportamos para 127 países, dos cinco continentes. Em 2021, batemos recorde de exportação. Temos materiais fantásticos e um polo industrial com os melhores equipamentos do mundo, mas ainda precisamos rever a legislação, que exige da pequena e da média empresa as mesmas contrapartidas das grandes”, explica Machado.

PERSPECTIVAS

Em relação à sustentabilidade, o setor mineral tem feito seu dever de casa com a transição de um modelo linear de produção e consumo para um modelo circular, no qual os materiais são reutilizados, reciclados e reintroduzidos na cadeia produtiva. Tales Machado explica que muitas indústrias de rochas ornamentais reaproveitam mais de 95% da água utilizada no processo produtivo. “Além disso, os resíduos da produção são reaproveitados ou destinados para depósitos licenciados, e a taxa de emissão de CO2 na produção de rochas é a mais baixa em relação às outras opções de revestimentos usados em projetos de arquitetura”, comemora.


Apesar dos desafios que a mineração enfrenta, são inegáveis as oportunidades do Brasil como grande player mundial do setor. A transição global para uma economia de baixo carbono e a demanda crescente por metais e minerais essenciais para a tecnologia verde, como o grafite, o cobre, o níquel, o lítio e terras raras – minérios que tem esse nome devido a sua difícil extração – oferecem condições ímpares ao país, de impulsionar o crescimento econômico, criar empregos e contribuir para uma sociedade sustentável.



Modelo simplificado, moderno e com padrão internacional substituirá sistema complexo, burocratizado e judicializado

ENFIM, APROVADA

REFORMA TRIBUTÁRIA É VOTADA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS APÓS MAIS DE 30 ANOS DE DISCUSSÃO; TEXTO SEGUE PARA O SENADO



O dia 7 de julho de 2023 entrou para a história econômica brasileira. A data marca a aprovação da reforma tributária, em dois turnos, na Câmara dos Deputados. Com isso, o país enfim deu o primeiro passo para adotar um sistema que moderniza os tributos sobre o consumo e que permite aos contribuintes pagar impostos de forma mais racional e transparente.

Discutida há mais de 30 anos, a reforma foi construída pelo Congresso Nacional por meio de amplo debate com a sociedade e setores da economia. “Pela primeira vez na história do Brasil, conseguimos concretizar um período de diálogo e de entendimento, com transparência e serenidade, entre quem pensa igual e, principalmente, quem pensa diferente”, comemora o deputado federal Zeca Dirceu (PT-PR), líder da Federação Brasil da Esperança (PT, PCdoB, PV).

Agora, a proposta segue para o Senado, com previsão de ser votada em outubro. De acordo com o deputado federal Reginaldo Lopes (PT-MG), coordenador do Grupo de Trabalho (GT) da Reforma Tributária, a expectativa é de que a promulgação do texto ocorra até novembro deste ano. Depois disso, ainda haverá um período de transição entre o modelo antigo e o novo. “Vamos fazer uma transição, que se inicia em 2026 e termina em 2032. Será a passagem de um modelo complexo, burocratizado e judicializado para um modelo simplificado, moderno, de padrão internacional”, afirma Lopes.

O trabalho para consolidar a melhor reforma tributária possível continua no Senado, diz Paulo Pedrosa, presidente da Associação dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace). “A aprovação na Câmara foi um alento para o Brasil e para a indústria. Nós, da Abrace, continuaremos trabalhando no Senado pela definição da essencialidade da energia e pela redução de seus custos políticos cobrados como encargos, que têm natureza tributária, mas não são compensados nas cadeias produtivas e acompanham nossas exportações”, argumenta.



“UM DOS FEITOS IMPORTANTES DA REFORMA FOI PRESERVAR O SIMPLES”

Zeca Dirceu (PT-PR)

PRINCIPAIS AVANÇOS

Um dos principais pontos trazidos pela reforma é o fim da cumulatividade dos impostos. No sistema atual, os impostos incidentes sobre o consumo de bens e serviços não são plenamente recuperáveis. É uma distorção que representa uma tributação adicional e oculta e se acumula em cada etapa da cadeia de consumo, gerando o chamado resíduo tributário. A criação do Imposto de Valor Agregado (IVA) dual – composto por um tributo federal, o CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), e outro subnacional, o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) – põe fim a essa cumulatividade porque cria um sistema claro e racional de créditos tributários que serão totalmente aproveitados pelas empresas de todos os setores.

O fim da cumulatividade está entre os aspectos comemorados pelo setor produtivo. O presidente-executivo da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ), José Velloso, ressalta que os princípios da não cumulatividade e da simplificação terão efeitos relevantes para o setor da indústria de máquinas e equipamentos. “Para o nosso setor, que envolve uma cadeia longa, os impactos da reforma serão muito positivos. Os princípios da não cumulatividade e da simplificação terão efeitos relevantes em forma de redução de custos, restabelecendo a competitividade das empresas e dos produtos brasileiros no mercado interno e no de exportações”, detalha.

O presidente-executivo da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), Humberto Barbato, também diz que o fim da cumulatividade traz enorme ganho para as empresas do setor de eletroeletrônicos. “Isso reduz drasticamente a litigiosidade, ou seja, as intermináveis discussões judiciais sobre a apuração do tributo. Por isso, a indústria eletroeletrônica, como toda a indústria, será beneficiada com essa mudança”, analisa.

Barbato afirma que a perspectiva de ganhos com a reforma deixa o setor bastante otimista, ao abolir, principalmente, o resíduo tributário. “Um estudo encomendado pela Coalizão da Indústria mostrou que o setor eletroeletrônico é o que tem o maior resíduo tributário no custo de exportações, o equivalente a 10,5%. Ou seja, de tudo o que exportamos, mais de 10% equivalem a resíduos de impostos, o que compromete nossa competitividade no mercado externo”, lamenta.

Outro avanço da reforma é a garantia de devolução rápida aos contribuintes dos créditos do IBS e da CBS, com um prazo máximo de restituição dos saldos credores. A garantia e a rapidez da restituição são a essência do IVA em todos os países que o utilizam. No sistema atual, como os impostos se acumulam e as empresas não conseguem recuperar créditos tributários, o produto brasileiro chega aos mercados internacionais com impostos embutidos no seu preço. Ou seja, a reforma dará um novo impulso às exportações.

A reforma eliminará, ainda, a incidência do Imposto sobre Serviços (ISS) sobre as operações – um tributo que as empresas não conseguem recuperar como crédito, dando novo estímulo aos investimentos produtivos. Além disso, o texto prevê uma alíquota padrão para bens e serviços, e regimes especiais para setores como educação, saúde, transporte, produtos agropecuários *in natura*, alimentos e produtos de higiene.

O Simples foi incorporado à reforma e continuará existindo. O contribuinte poderá escolher apurar o IBS-CBS por débito e crédito ou permanecer integralmente no regime unificado. “Um dos feitos importantes da reforma foi preservar o Simples”, avalia o deputado Zeca Dirceu.

“Temos um conjunto grande de empresas no Simples. São micro, pequenas e médias empresas que foram preservadas e que depois poderão optar pelo novo imposto. Mesmo nos pequenos negócios, há algumas cadeias muito longas, então, para elas, talvez seja vantajoso optar pelo novo imposto, pois isso vai possibilitar que acumulem crédito, o que acaba reduzindo a carga tributária”, explica o deputado.



José Velloso (ABIMAQ) elogia a desoneração das exportações, que consta no texto aprovado

Números da Reforma Tributária

07
JULHO

Concluída a votação em 2 turnos na Câmara

1º TURNO

382
votos

118
votos

2º TURNO

375
votos

113
votos

30 anos

foi o tempo de costura da reforma com a sociedade e setores econômicos

170 países

adotam o modelo do IVA, que representa as melhores práticas internacionais


460 mil

normas tributárias serão abolidas com a reforma



REGINALDO LOPES

DEPUTADO FEDERAL (PT-MG),
COORDENADOR DO GRUPO
DE TRABALHO (GT)
DA REFORMA TRIBUTÁRIA

A portrait of Reginaldo Lopes, a middle-aged man with curly brown hair, smiling. He is wearing a dark blue suit jacket over a light blue button-down shirt. There is a large, dark purple bruise on his right cheek and around his eye. The background is a plain, light grey color.

“Com a reforma, todos os investimentos serão desonerados, com tributação zero, e todos os insumos serão creditados. As empresas terão mais competitividade.”

A reforma tributária foi aprovada em dois turnos na Câmara dos Deputados. O que isso representa para o Brasil e quais são os impactos para a economia?

Foi um fato histórico, um divisor de águas. A reforma tributária dará ao Estado brasileiro eficiência produtiva e reposicionará o país na geopolítica internacional. Ela permitirá que o Brasil volte a produzir bens manufaturados e se torne, novamente, um exportador com maior valor agregado. Vamos sair de um sistema de cumulatividade tributária, que cobra imposto do imposto, para um sistema de tributação simplificada, que cobra imposto só do valor adicionado. Com a reforma, vamos obter um crescimento de 12% a 20% no Produto Interno Bruto em dez anos. Isso significará mais empregos e um aumento da renda per capita das famílias de cerca de R\$ 500 por mês. Todos os setores e a sociedade saem ganhando. Trata-se da reforma mais importante do Estado brasileiro.

Agora a reforma segue para o Senado. Quais são as expectativas na Casa?

A expectativa é de aprovação no primeiro e no segundo turno também no Senado, no segundo semestre, e promulgação até novembro deste ano. Em 2024, nós vamos trabalhar para aprovar todas as leis complementares para que, já em 2026, comecemos a implementar o novo sistema de tributação sobre consumo, o Imposto de Valor Agregado (IVA), de padrão internacional. Pela primeira vez, depois de 40 anos, houve um alinhamento político extraordinário. Todo mundo olhou para a floresta, e não só para a sua árvore. Houve um alinhamento da Câmara, sob liderança do Arthur Lira; do Senado, sob a liderança do Rodrigo Pacheco, e dos setores produtivos. Todos convergiram para esse novo modelo. Esteve presente, ainda, o presidente Lula, que compreende que esta é uma medida estruturante, uma reforma de Estado, que busca um padrão internacional. Teve, ainda, a liderança do ministro Fernando Haddad, numa coordenação para construir as convergências. Quem ganha é o povo brasileiro, que vai morar num país que vai produzir mais riqueza e poder usufruir dessa riqueza com maior equidade.

A reforma tributária mantém a competitividade das empresas que investiram atraídas por incentivos fiscais de ICMS e ISS?

A reforma dá às empresas brasileiras um aumento de competitividade interna para enfrentar uma economia mundial aberta. Nós vamos desonerar as exportações em 100%. Hoje, o setor produtivo ganha com incentivo fiscal, mas ele não é desonerado pelos investimentos. A empresa começa a pagar imposto antes de entrar em operação. Com a reforma, todos os investimentos serão desonerados, com tributação zero, e todos os insumos serão creditados. As empresas terão mais competitividade porque vão conseguir ofertar ao povo brasileiro mercadorias e serviços mais baratos e ganharão a possibilidade de ampliar sua presença no mercado internacional.

Como funciona o sistema de *cashback*, que o senhor defende, e como ele pode aquecer a economia?

O *cashback* é fundamental e será um grande instrumento de justiça tributária. É devolver o imposto pago para as pessoas com menor poder econômico. Isso aumentará, com certeza, o consumo das famílias. As pessoas com menor poder econômico gastam 100% de sua renda no consumo. Então, devolver impostos para essas pessoas é fundamental. Eu costumo dizer que as pessoas com maior renda já têm *cashback*. Elas têm restituição de imposto de renda, de saúde, de educação e dos gastos previdenciários. Mas é evidente que a decisão sobre quem é o público elegível para devolução desses impostos é o parlamento brasileiro, em lei complementar.

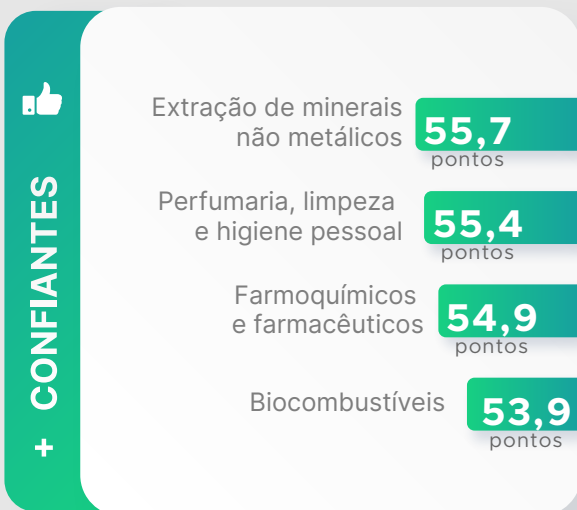
Como será feita a transição para o novo sistema tributário?

Há uma transição necessária, porque nós precisamos garantir a segurança jurídica. Nós somos, hoje, um modelo de exceção, e não de regra, com 460 mil normas. Vamos fazer uma transição que se inicia em 2026 e termina em 2032. Será uma transição de um modelo complexo, burocratizado, judicializado, para um modelo simplificado, moderno, de padrão internacional, e que vai resolver o custo tributário de maneira transparente.



Setor de perfumaria, limpeza e higiene pessoal registrou 55,4 pontos em junho e está entre os mais confiantes

ICEI por setores industriais



O ICEI varia de 0 a 100. Valores acima de 50 indicam confiança do empresário e, abaixo de 50, indicam falta de confiança

Fonte: Índice de Confiança do Empresário Industrial – ICEI Resultados Setoriais - junho de 2023

CONFIANÇA EM ALTA

DOS 29 SETORES INDUSTRIAIS PESQUISADOS, 17 DEMONSTRARAM ESTAR CONFIANTES NO LEVANTAMENTO REALIZADO EM JUNHO PELA CNI

Em junho, 22 dos 29 setores industriais pesquisados pelo Índice de Confiança do Empresário Industrial – ICEI Resultados Setoriais, divulgado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), registraram alta na confiança. Além disso, mais da metade deles (17) está confiante, ou seja, acima dos 50 pontos que dividem o otimismo da falta dele.

Segundo Marcelo Azevedo, gerente de Análise Econômica da CNI, o cenário agora é mais positivo do que em maio. Nesse contexto, seis setores industriais transitaram da falta de confiança para a confiança: bebidas, alimentos, têxteis, produtos de material plástico, celulose e papel de impressão e reprodução.

“A recuperação é resultado de uma melhora tanto na avaliação das condições atuais quanto nas expectativas para os próximos seis meses na maioria dos setores, em todos os portes de empresa e em todas as regiões”, explica Azevedo.

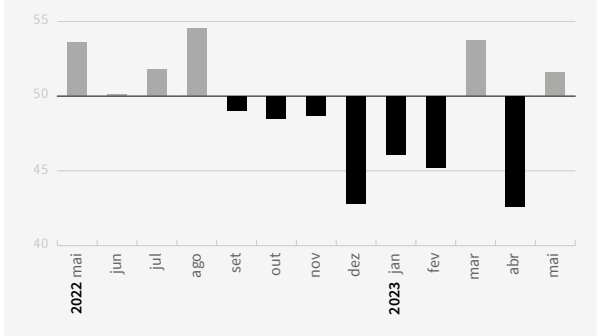
Apesar do panorama geral positivo, houve queda na confiança em seis setores: produtos químicos (exceto perfumaria e limpeza), vestuário e acessórios, calçados e suas partes, máquinas e equipamentos, metalurgia e equipamentos de informática, e eletrônicos e ópticos.

Já os setores mais confiantes são os de extração de minerais não metálicos, perfumaria, limpeza e higiene pessoal, farmoquímicos e farmacêuticos e biocombustíveis. Além disso,

a confiança avançou em todas as categorias de empresas industriais – pequenas, médias e grandes. O destaque é o crescimento significativo nas médias empresas, que registraram alta de 2,2 pontos.

A confiança nas empresas industriais de diferentes portes avançou, especialmente nas médias empresas, que apresentaram um aumento de 2,2 pontos. Isso elevou o índice de confiança das médias empresas para 50,6 pontos, ultrapassando a marca de 50 pontos, que indica a transição da falta de confiança para a confiança durante os meses de maio e junho. Já as pequenas empresas viram seu ICEI subir de 47,6 pontos em maio para 49,3 pontos em junho, demonstrando um leve aumento, mas ainda evidenciando falta de confiança por parte dos empresários.

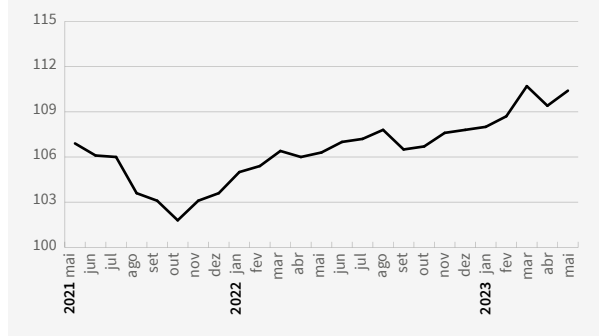
Além disso, a confiança aumentou nas indústrias de todas as regiões do Brasil, com destaque para a região Norte, que teve o maior avanço, com um aumento de 3,4 pontos, alcançando 53,4 pontos. Com esse progresso, a região Norte deixou o estado neutro, onde não havia nem confiança nem falta de confiança, e passou a demonstrar otimismo. Assim, quase todas as regiões do país indicaram uma recuperação no ânimo empresarial, exceto a região Sul, que manteve seu índice abaixo dos 50 pontos, atingindo 47,6 pontos, mesmo com um aumento de 1,1 ponto em relação a maio.



FATURAMENTO REAL CRESCE EM MAIO

O faturamento real da indústria avançou em 0,9% em maio, na comparação com abril. A série dessazonalizada segue em trajetória de alta desde o início de 2022 e, nos primeiros cinco meses de 2023, já acumulou crescimento de 3,7% em relação ao mesmo período do ano passado.

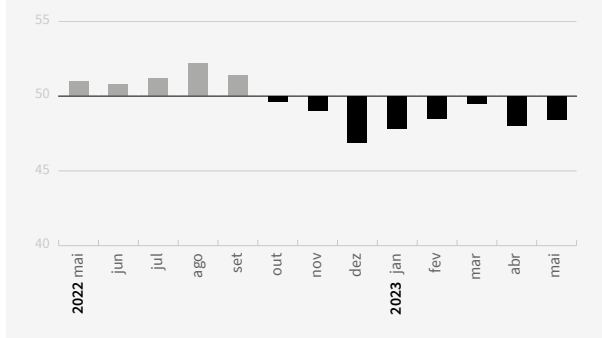
Fonte: CNI/ Indicadores Industriais – Maio de 2023



PRODUÇÃO INDUSTRIAL TAMBÉM TEM ALTA

A produção industrial teve forte crescimento em maio, saltando de 42,6 pontos, em abril, para 51,6 pontos, acima da linha divisória dos 50 pontos. Apesar disso, o índice de maio é menor do que o observado no mesmo mês dos últimos dois anos.

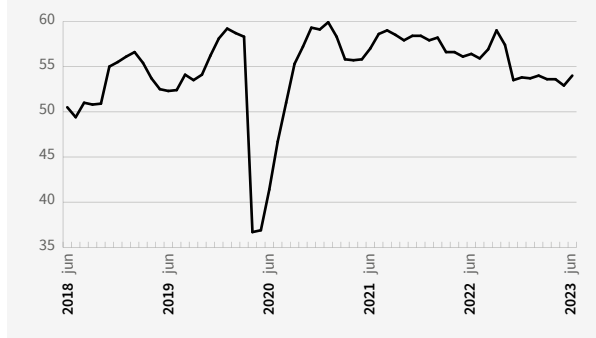
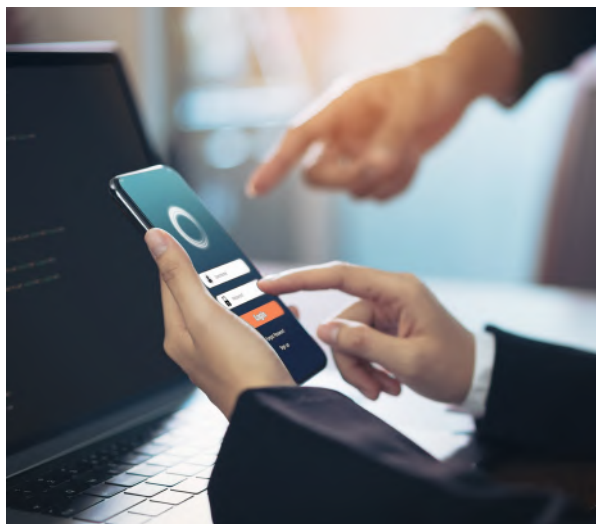
Fonte: CNI/ Sondagem Industrial – Maio de 2023



NÚMERO DE EMPREGADOS REGISTRA OITAVA QUEDA CONSECUTIVA

O índice de evolução de empregados da *Sondagem Industrial* ficou em 48,4 pontos em maio, o que indica mais uma queda do emprego industrial. Desde outubro de 2022, o indicador está abaixo da linha de 50 pontos.

Fonte: CNI/ *Sondagem Industrial* – Maio de 2023



INTENÇÃO DE INVESTIR VOLTA A CRESCER

O índice de intenção de investimento, medido pela *Sondagem Industrial* da Confederação Nacional da Indústria (CNI), passou de 52,9 para 54 pontos em junho, após uma série de oscilações nos últimos meses. A alta de junho reverte totalmente a queda registrada em maio. A média histórica do índice é de 52,6 pontos.

Fonte: CNI/ *Sondagem Industrial* – Maio de 2023



SESI E SENAI DO AMAPÁ APOIARÃO INDÚSTRIA DA GUIANA FRANCESA

O Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) do Amapá assinaram Termo de Cooperação com a CTG (Collectivité Territoriale de Guyane), entidade que promove ações de qualificação profissional nos centros de educação da Guiana Francesa. O acordo ajudará a capacitar escolas familiares e rurais do território francês. SESI e SENAI também elaborarão planos para apoiar setores empresariais da Guiana Francesa, visando ao desenvolvimento da indústria nas áreas de agro-processados de alimentos e biocombustíveis.

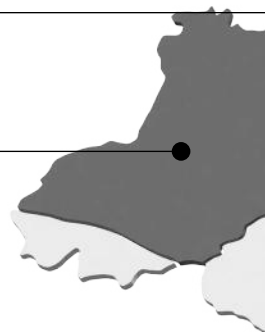


SESI AMAZONAS DOA KIT DE ROBÓTICA PARA ESCOLA RIBEIRINHA

O SESI Amazonas doou um kit de robótica para a Escola Municipal José Sobreira Nascimento, na Comunidade Nossa Senhora de Nazaré, zona ribeirinha de Manaus. O acesso à escola só é possível por meio de botes. O objetivo da doação é preparar uma equipe para participar do Torneio Regional SESI de Robótica FIRST LEGO League (FLL), que ocorrerá em novembro. Cerca de 270 alunos, da educação infantil até o 9º ano do ensino fundamental, serão beneficiados pelo kit. A iniciativa faz parte de projeto do SESI para impulsionar a robótica em escolas públicas e privadas da região.

ESPÍRITO SANTO CRESCE EM MAIS DE 10% EM RELAÇÃO A PATAMAR PRÉ-PANDEMIA

A economia capixaba cresceu 10,2% no primeiro trimestre de 2023 na comparação com o quarto trimestre de 2019, o último antes do início da pandemia. No período, a economia nacional avançou 6,4%. Os dados são do Indicador de Atividade Econômica, divulgado pela Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (FINDES). O setor da construção foi o que mais cresceu, com 61%, seguido pela indústria da transformação (4,7%) e por energia/saneamento (11,4%). O setor de comércio e serviços cresceu em 14,4% no estado. A agropecuária capixaba, por sua vez, recuou 6,6%.





**FIEB E SENAI CIMATEC
CONSTRÓEM CAMPUS VOLTADO
À ECONOMIA DO MAR**

A Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB) e o SENAI CIMATEC anunciaram a criação do SENAI CIMATEC Mar, um campus pioneiro voltado a atividades e pesquisas marítimas industriais e comerciais. O campus, que funcionará a partir de 2025, terá um centro de operações no Porto de Salvador, uma embarcação de pesquisa e uma estação científica submarina para testes de robôs e protótipos. Haverá atividades em áreas como sustentabilidade socioambiental, engenharia submarina, tecnologia de portos, energias oceânicas, Amazônia Azul e desenvolvimento náutico e naval.



**EX-ALUNA DO SESI ALAGOAS É APROVADA NO
MELHOR PROGRAMA DE *BUSINESS* DO MUNDO**

A brasileira Ana Júlia Monteiro, 19 anos, inicia, em agosto, o curso superior em *Business* na Wharton School, programa de negócios da Universidade da Pensilvânia, nos Estados Unidos. O programa é considerado o melhor do mundo na área. Ex-aluna da Escola SESI Cambona, em Maceió, a jovem já havia sido finalista da edição 2021 do Global Student Prize, que premia os melhores estudantes do mundo. A Universidade da Pensilvânia faz parte do grupo de universidades de elite dos Estados Unidos, que inclui Harvard e Yale.



OPORTUNIDADES IGUAIS

PROGRAMA SENAI DE AÇÕES INCLUSIVAS E LANÇAMENTO DE GUIA PROMOVEM INCLUSÃO E DIVERSIDADE NO MERCADO DE TRABALHO

Como quase toda paraibana, Ruby Matte, de 26 anos, é apaixonada pelas festas de São João. Com 14 anos, ela começou a desenhar figurinos juninos e entrou no mundo da moda e da costura. Foi quando decidiu deixar sua cidade, Esperança, para buscar emprego em lojas de roupas de Campina Grande. Após distribuir seu currículo em mais de 60 localidades, até foi chamada para algumas entrevistas, mas logo percebeu que suas chances eram anuladas pelo preconceito: Ruby é uma mulher trans. “As pessoas não dão emprego para as mulheres trans porque elas olham primeiro para sua aparência, e não para suas qualificações”, lamenta.

A fim de mudar essa realidade, o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) desenvolvem ações e firmam parcerias com governos estaduais e municipais para promover o acesso da comunidade trans à educação e ao mercado de trabalho. Foi por isso, inclusive, que Ruby conseguiu uma vaga no curso de Costura Industrial do Vestuário.

As medidas para ampliar oportunidades às pessoas LGBTQIAPN+ são um dos pilares do *Programa SENAI de Ações Inclusivas*, o PSAI, implementado em 1999. Ele surgiu com o objetivo de preparar as escolas do SENAI, materiais didáticos e docentes para qualificar pessoas com deficiência. “Naquela época, os debates eram outros, então também devemos mudar nossa abordagem; estamos evoluindo porque a discussão evoluiu”, diz Suzana Figueiredo, gestora nacional do programa. O PSAI desenvolve, atualmente, ações que abarcam, além de pessoas com deficiência e o público LGBTQIAPN+, relações de gênero, raça/etnia e equilíbrio de gerações, e se transformou no programa mais abrangente do país de inclusão para o mercado de trabalho.

Programa do SENAI de inclusão para o mercado de trabalho, criado em 1999, é hoje o mais abrangente do país

Entre 2018 e 2022, cerca de 95 mil pessoas com algum tipo de deficiência se matricularam nos cursos do SENAI em todo o país. Outras 36 mil matrículas foram de indígenas. No mesmo período, 62% do total de matrículas foram feitas por pessoas não brancas.

Além disso, o SENAI lançou, em 29 de junho, o *Guia PSAI de Diversidade e Inclusão*, que apresenta dados, glossário de conceitos, dicas de convivência, mitos e atitudes e frases que devem ser evitadas.

“Não é ação de solidariedade ou favorecimento; é dar oportunidade para que todos possam produzir e fazer sua contribuição social e econômica em prol do desenvolvimento”, defendeu Mateus Simões, gerente de Educação Profissional e Superior do SENAI, no evento do PSAI que marcou o lançamento do guia.

Scarlett Rodrigues, coordenadora de projetos de Direitos Humanos do Instituto Ethos, explica que é fundamental oferecer oportunidades de liderança aos grupos marginalizados da economia. “Não é preciso, necessariamente, contratar mais pessoas para

promover a diversidade, mas desenvolver profissionais que já conhecem os valores da empresa, dando cargos de liderança a eles”, argumenta.

Segundo um estudo feito pelo Instituto Ethos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), apenas 4,7% dos cargos executivos nas empresas são ocupados por pessoas negras. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 56% da população do país é preta ou parda.

O engenheiro angolano Pistis Nseka chegou ao Brasil em 2019, com os objetivos de cursar uma pós-graduação e conquistar uma vaga no mercado de trabalho para custear moradia e estudos e iniciar uma nova fase da vida, fora do continente africano.



“AS PESSOAS NÃO DÃO EMPREGO PARA AS MULHERES TRANS PORQUE ELAS OLHAM PRIMEIRO PARA SUA APARÊNCIA, E NÃO PARA SUAS QUALIFICAÇÕES”

lamenta Ruby Matte

INCLUSÃO necessária

Ele até chegou a ser contratado para uma vaga temporária de assistente na área de sistema de automação para indústrias e, em seguida, foi efetivado em uma startup para atuar com captação de recursos. Ele relata, porém, que tem enfrentado dificuldades em posicionar-se no mercado de trabalho e afirma ter sido vítima de preconceito e discriminação racial em diversas situações.

“Eu percebo o racismo no dia a dia, no supermercado, ao sair da faculdade. Ouço comentários e até ameaças por ser preto e estrangeiro. Já fui algemado pela polícia na porta do edifício onde moro, em Tatuapé, como suspeito”, conta Pistis.

Para o SENAI, a inclusão não se resume a uma questão de justiça social: é também uma estratégia de desenvolvimento econômico. Estudos indicam que empresas com equipes diversificadas são mais inovadoras e têm um desempenho melhor. Ao promover a inclusão de diferentes grupos, o SENAI não apenas oferece oportunidades individuais, mas também contribui com o fortalecimento e o crescimento da economia.

“Apesar de contarmos com diferentes tipos de ação afirmativa no SENAI, como os barcos-escola Samaúmas no norte do país, que levam a educação profissional às populações ribeirinhas e capacitação para os docentes saberem lidar com a diversidade, a maior barreira que encontramos é a atitudinal. É preciso sensibilizar e fazer com que as pessoas entendam a diversidade. No SENAI, a gente oferece educação, e educação deve ser para todas as pessoas”, conclui Suzana Figueiredo, gestora do PSAI.

Mulheres

13% menos chances de serem visualizadas no LinkedIn ou recrutadas em seleções de emprego

+10% diversidade de gênero = quase +5% na produtividade das empresas

Negros

57,5% aprendizes

58,2% trainees

4,7% cargos executivos

LGBTQIAPN+

50% sofrem algum tipo de discriminação constantemente no trabalho

90% trabalham com prostituição

Transexuais

4% emprego formal

pessoas com deficiência

● ● ● ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○

3 de cada 10 tem emprego

Fontes: Guia de Diversidade do PSAI, a partir de diferentes fontes/LinkedIn/IBGE/Instituto Ethos



por
**SCARLETT
RODRIGUES
DA CUNHA**

*Coordenadora de projetos
em Direitos Humanos
do Instituto Ethos*

GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

UMA ATUAÇÃO JUSTA E RESPONSÁVEL POR PARTE DAS EMPRESAS

O setor privado é um dos principais atores da promoção do bem comum na sociedade. Nos últimos anos, presenciamos um movimento no qual as empresas assumem, cada vez mais, a responsabilidade de promover e garantir direitos, ao mesmo tempo em que atuam no combate às desigualdades sociais, econômicas, institucionais e territoriais (históricas).

Ao empregar mais de 8,1 milhões de pessoas, entende-se a importância do setor industrial no apoio a práticas e políticas públicas que visem a uma sociedade mais justa, respeitosa e inclusiva. E, por ser um dos setores-chave no país, a indústria está no centro de parte dos problemas socioeconômicos estruturantes, mas também no centro das soluções.

Uma das estratégias de combate às desigualdades é a priorização da agenda de diversidade e inclusão (D&I) nas empresas — hoje, mais de 80% delas investem em D&I, segundo a Blend Edu. Entretanto, para que haja, de fato, uma mudança estrutural, é preciso que as empresas vão além do processo de inclusão. Não adianta apenas proporcionar espaços e oportunidades. É preciso também assegurar o poder pessoal, e a remuneração justa e igualitária é um dos caminhos essenciais desse processo.

Ao analisar a renda no Brasil, temos uma diferença salarial entre homens e

mulheres de 22% e, quando analisamos a questão racial, vemos que trabalhadores pretos ganham 40,2% a menos do que trabalhadores brancos – abismo existente há mais de 10 anos.

Considerando o contexto e a responsabilidade das empresas, um dos caminhos para alcançar uma indústria mais diversa e inclusiva é a geração de oportunidades, somada à remuneração justa – e isso pode ser feito a partir da internalização da nova Lei de Igualdade Salarial (Lei 14.611/23), sancionada no último dia 4 de julho.

A lei prevê que, em caso de discriminação salarial por raça/etnia, sexo, origem ou idade, cabe indenização por danos morais e aplicação de multas previstas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A lei também obriga que haja publicação semestral de relatórios de transparência salarial por empresas com 100 ou mais empregados. Praticando remunerações justas, as empresas contribuem com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 8, da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) – promoção do trabalho decente e do crescimento econômico –, além de combater o desequilíbrio econômico e social em que vivemos, alcançando transformações significativas na vida das pessoas e na sociedade, como um todo.

A opinião de articulistas convidadas e convidados não necessariamente reflete a da CNI.

REVISTA DA INDÚSTRIA BRASILEIRA

Publicação Mensal da Confederação Nacional da Indústria - CNI
www.cni.com.br

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA CNI

DIRETORIA

PRESIDENTE

Robson Braga de Andrade

VICE-PRESIDENTES EXECUTIVOS

Paulo Antonio Skaf; Antonio Carlos da Silva;
Francisco de Assis Benevides Gadelha;
Paulo Afonso Ferreira; Glauco José Côrte.

VICE-PRESIDENTES

Sergio Marcolino Longen; Eduardo Eugenio
Gouvêa Vieira; Antonio Ricardo Alvarez Alban;
Gilberto Porcello Petry; Olavo Machado
Júnior; Jandir José Milan; Eduardo Prado
de Oliveira; José Conrado Azevedo Santos;
Jorge Alberto Vieira Studart Gomes; Edson
Luiz Campagnolo; Leonardo Souza Rogerio
de Castro; Edilson Baldez das Neves.

1º DIRETOR FINANCEIRO

Jorge Wicks Côrte Real

2º DIRETOR FINANCEIRO

José Carlos Lyra de Andrade

3º DIRETOR FINANCEIRO

Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan

1º DIRETOR SECRETÁRIO

Amaro Sales de Araújo

2º DIRETOR SECRETÁRIO

Antonio José de Moraes Souza Filho

3º DIRETOR SECRETÁRIO

Marcelo Thomé da Silva de Almeida

DIRETORES

Roberto Magno Martins Pires; Ricardo
Essinger; Marcos Guerra; Carlos Mariani
Bittencourt; Pedro Alves de Oliveira;
Rivaldo Fernandes Neves; José Adriano
Ribeiro da Silva; Jamal Jorge Bittar; Roberto
Cavalcanti Ribeiro; Gustavo Pinto Coelho
de Oliveira; Julio Augusto Miranda Filho;
José Henrique Nunes Barreto; Nelson
Azevedo dos Santos; Flávio José Cavalcanti
de Azevedo; Fernando Cirino Gurgel.

CONSELHO FISCAL

MEMBROS TITULARES

João Oliveira de Albuquerque; José da
Silva Nogueira Filho; Irineu Milanese.

MEMBROS SUPLENTE

Clerlânio Fernandes de Holanda; Francisco
de Sales Alencar; Célio Batista Alves.

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

Ana Maria Curado

SUPERINTENDÊNCIA DE JORNALISMO CNI/SESI/SENAI/IEL

SUPERINTENDENTE

José Edward Lima

GERENTE-EXECUTIVO DE JORNALISMO

Rodrigo Caetano

DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO FSB COMUNICAÇÃO

CONSULTOR EDITORIAL

Wladimir Gramacho

ASSISTENTE DE EDIÇÃO

Victor Gomes

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Rachel Mello (DF 3877/95)

REVISÃO DE TEXTO

Renata Portella

REPORTAGEM

Vivaldo de Sousa, Aerton Guimarães,
Ana Flávia Flôres e Marina Simon.

PROJETO GRÁFICO E CAPA

Guto Rodrigues

INFORMAÇÕES TÉCNICAS

tel (61) 3317-9927
imprensa@cni.com.br

Autorizada a reprodução
desde que citada a fonte.



Confederação Nacional da Indústria

PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

REFORMA TRIBUTÁRIA

É bom para você. É bom para o Brasil.

Com a reforma tributária, todos ganham.



Com a reforma tributária, os empresários terão um ambiente de negócios mais simples, eficiente e justo para todos. Isso significa mais competitividade, mais produtividade e mais facilidade nos negócios. **É bom para você.**

É bom para o Brasil. Com a reforma tributária, todos ganham.



Saiba mais em
cni.com.br/reformatributaria